

53 Técnica de Resíduos Sólidos, manifestando um parecer favorável à aprovação do substitutivo Projeto
54 de lei 203/91, da política nacional de resíduos, digo, desfavorável à lei da Política Nacional dos
55 Resíduos. Salieta a importância de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, solicita ao
56 CONSEMA que dentro de uma avaliação de viabilidade emita manifestação contra a formação de
57 grupo de trabalho específico para elaboração da proposta alternativa de política nacional de resíduos
58 sólidos, a ser articulado em âmbito nacional. Parece providencial a proposição e consulto os
59 conselheiros se não seria o caso de nós darmos um parecer favorável no sentido de que a própria
60 Câmara Técnica constitua um grupo de trabalho e tenha a liberdade de convidar outras entidades que
61 eventualmente sejam necessárias para essa discussão, para não criarmos um grupo de trabalho
62 apartado da Câmara Técnica, não é? **Sr. Darci Campani:** Como faço parte da Câmara Técnica, o que
63 nós discutíamos era que o Estado do Rio Grande do Sul tem uma posição clara contra o atual projeto
64 que está lá como relatório da Comissão Especial, que o Governo de Estado tem uma posição mais
65 ativa no sentido de criar uma comissão especial, seja no CONAMA principalmente, para fazer essa
66 discussão, porque na prática o projeto está a caminho e pode vir a ser aprovado, apesar de que neste
67 período do ano dificilmente alguma coisa será aprovada, mas pode vir a ser aprovado, e nós não
68 estamos tendo uma atuação mais incisiva na discussão dessa política. A Câmara Técnica tem
69 discutido, tanto é que tem um posicionamento contrário, e pode assumir esse papel de articulador no
70 Estado, mas achamos que o Estado do Rio Grande do Sul tem capital cultural suficiente para solicitar
71 que essa discussão seja mais aprofundada no CONAMA antes de qualquer votação. **Sr. Presidente:**
72 Então a proposição seria que nós encaminhássemos um pedido ao CONAMA, em nome do
73 CONSEMA, para formação de um grupo de trabalho nacional. Alguma divergência em relação a essa
74 proposição? Então nós, no período de comunicações, já deliberamos isso e a Presidência, junto à
75 Câmara Técnica, minuta um ofício a ser encaminhado, já também com esse parecer desfavorável ao
76 projeto substitutivo. Depois nós temos uma manifestação da AGAPAN, referente à Câmara de Gestão
77 das Águas, que diz o seguinte: “A AGAPAN registra sua estranheza de que a referida Câmara Técnica
78 de Gestão das Águas não tenha se reunido, nem ao menos uma vez durante esse ano, muito embora
79 estivesse em discussão a proposta de criação da Agência Reguladora de Águas do Rio Grande do Sul.
80 Nossa opinião de que esse assunto é de infinita relevância para toda a sociedade gaúcha e de
81 importância vital para o ambiente natural, cuja defesa é função primordial da AGAPAN e, julgamos
82 também, função da Câmara Técnica de Gestão das Águas bem como deste Conselho. Sugerimos que
83 essa Câmara Técnica convoque uma reunião com a máxima urgência e com a devida antecedência
84 para examinarmos e deliberarmos sobre a proposta supra”. Sobre esse assunto, nós discutimos a
85 integração entre os dois sistemas na última reunião, e o conselheiro Volnei, que é o presidente da
86 Câmara, levantou a necessidade de que o Conselho discutisse o papel da Câmara de Gestão das
87 Águas, do CONSEMA, em função de que a Câmara Técnica do CRH tem se reunido e tratado desses
88 assuntos mais normativos de competência do CRH. Então essa manifestação da AGAPAN, ela tem
89 consonância com essa preocupação, que é saber qual o papel da Câmara específica do CONSEMA, e
90 nós encaminharemos ao presidente da Câmara o pedido para que seja convocada uma reunião da
91 Câmara Técnica de Gestão das Águas que pode inclusive tratar dessa questão relativa ao papel da
92 própria Câmara. Sr. Flávio, o senhor acha que é um encaminhamento adequado o pedido da
93 AGAPAN? Então fica deliberado aqui, nós vamos encaminhar já o pedido para que o presidente
94 convoque uma reunião. Próxima comunicação, do movimento Roessler, informando a substituição de
95 seus representantes: “A partir da 47ª reunião de CONSEMA, passam a representar a referida entidade
96 Sr. Julian Mauhs, como titular, e Mauro Kern, como suplente. Senhor Arno, quer apresentar os
97 novos? **Sr. Arno Kayser:** A razão da minha saída é em função de eu ter sido aprovado em um
98 concurso e chamado. Desde o dia três de agosto, estou trabalhando no departamento de licenciamento
99 da Proteção Animal, o SEASP, então tenho o entendimento, o entendimento do movimento ecológico,
100 de que eu ficaria em uma posição complicada de estar num órgão que fiscaliza o próprio exercício da
101 FEPAM. Em função disso houve o impedimento de que então deveriam assumir novos companheiros.
102 O Julian, como era o meu suplente, foi o candidato eleito. O Julian já milita há muitos anos no
103 movimento Roessler, quem conhece um pouquinho mais o movimento Roessler sabe disso. Biólogo,
104 ele tem mestrado em Botânica. Trabalha no Museu Anchieta, pesquisador dessa área de meio

105 ambiente há muitos anos. E o Mauro Kern, que não está hoje aí, também, antigo dirigente do
106 movimento Roessler, foi por vários anos nosso representante do Conselho Estadual do Meio
107 Ambiente. E queria também aproveitar a oportunidade para agradecer a oportunidade de ter estado
108 esse ano e meio, um pouquinho mais, aqui trabalhando com vocês, eventualmente me desculpar por
109 algum excesso, alguma discussão em que eventualmente possamos ter ferido pessoalmente alguma
110 pessoa, não era nossa intenção, sempre procuramos trabalhar aqui em defesa daqueles pontos de vista
111 que o movimento ecológico defende, aquilo que nós, enquanto entidade, enquanto pessoas,
112 acreditamos, e dizer que foi uma experiência muito rica e que nós continuamos aí trabalhando por
113 essa questão ambiental, sob o comando do Dr. Nilvo Alves, o pessoal da SEMA. **Sr. Presidente:**
114 Queria agradecer a participação, em nome de todos os conselheiros, do conselheiro Arno Kayser,
115 nesse período, e dar as boas-vindas ao Julian, teremos muito trabalho pela frente no próximo período.
116 A próxima comunicação é da FIERGS, informando o impedimento de seus representantes em função
117 de agendas previamente marcadas. O Comitê CAÍ: “O Comitê CAÍ, em sua reunião ordinária de trinta
118 de julho de dois mil e dois, no Município de Dois Irmãos, teve a participação do engenheiro
119 agrônomo Derli Paulo Bonini, da EMATER/RS, que apresentou dados preocupantes, demonstrando o
120 uso indiscriminado de agrotóxicos, principalmente nas atividades hortifrutigranjeiros da Bacia
121 Hidrográfica do Rio Caí. Destacamos as culturas de morango, maçã, tomate, pêssago, ameixa e uva. A
122 constatação de resíduos nos alimentos e o uso de produtos não permitidos, deu-se através da análise
123 dos produtos comercializados na CEASA/RS, realizado pelo programa de monitoramento de
124 hortigranjeiros, com a participação da Secretaria de Saúde do Estado e da EMATER/RS. Esse uso
125 indiscriminado de agrotóxicos, acarreta problemas de saúde pública aos agricultores e aos
126 consumidores que os adquirem, além de graves prejuízos ambientais, principalmente em relação aos
127 recursos hídricos de nossa Bacia Hidrográfica. Outro fato mencionado pelo agrônomo da EMATER é
128 a ocorrência de comercialização de agrotóxicos por vendedores ambulantes da região, em total
129 desacordo com a legislação vigente. Também salientamos o relatório de andamento do Módulo Um do
130 Pró-Guaíba, datada de dezembro de dois mil e um, onde o item Criticidades Ambientais destaca, entre
131 os problemas ambientais em áreas rurais, a relação agrotóxico consumido e área cultivada, listando
132 essa relação para as oito bacias hidrográficas da região hidrográfica do Guaíba. Dentre as oito Bacias
133 Hidrográficas, a do Rio Caí assume a triste liderança do “ranking” com 10.99 kg/hac. Duas das bacias
134 hidrográficas apresentam índices entre 4 e 4.45 Kg/hac, enquanto as outras cinco bacias hidrográficas
135 apresentam índices inferiores a 1 Kg/hac. Diante dos dados acima apresentados, o Plenário do Comitê
136 CAÍ decidiu por encaminhar ofício a esta instituição requerendo que seja realizado uma eficaz
137 fiscalização quanto à comercialização e uso de agrotóxicos na Bacia Hidrográfica do Caí, visando
138 sanar os danos causados por esse uso indiscriminado”. Com cópia para DPV, Secretaria da
139 Agricultura do Estado, CREA/RS, Secretaria da Fazenda do RS e Ministério da Agricultura. Nós
140 encaminharíamos essa manifestação do Comitê CAÍ à FEPAM, para avaliação. Consulto o Ricardo,
141 que fez o encaminhamento, e o Dr. Nilvo, se há alguma manifestação sobre o assunto. **Sr. Ricardo**
142 **Litwinski Suffert:** Acho que o ofício explicou a situação. É bastante preocupante o uso
143 indiscriminado dos agrotóxicos, principalmente a questão dos vendedores ambulantes que é proibido
144 por lei. Exige uma fiscalização mais firme de todos os órgãos, não apenas aqui, vinculados à
145 Secretaria do Meio Ambiente, como vocês viram, também foi cópia para o CREA e para o Ministério
146 da Agricultura. O objetivo é fazer uma fiscalização mais forte em cima da comercialização dos
147 agrotóxicos na região. **Sr. Nilvo Luíz Alves da Silva:** Nós temos tentado criar uma política mais
148 integrada do Governo do Estado no que diz respeito aos agrotóxicos, que abrange desde a questão da
149 saúde do trabalhador do campo, a questão da proteção do consumidor com os resíduos de agrotóxicos,
150 que esse trabalho foi feito na CEASA pela Secretaria de Saúde, e a fiscalização do comércio que no
151 Rio Grande do Sul é responsabilidade da Secretaria de Agricultura. A responsabilidade direta pela
152 fiscalização da comercialização, do uso, de agrotóxicos é do DPV da Secretaria da Agricultura, mas é
153 evidente que essa é uma questão que necessita de uma ação integrada dos órgãos do Governo do
154 Estado. A FEPAM tem uma responsabilidade importante, que é na condução do cadastramento, e o
155 principal encaminhamento até o momento, foi a estruturação de uma equipe que tem o mínimo de
156 capacidade de operar isso na FEPAM através do Concurso Público, e agora nós estamos negociando

157 com Saúde, Meio Ambiente e Agricultura a criação de uma Comissão Técnica Estadual responsável
158 pelo cadastro, abrangendo todas essas três questões, saúde do trabalhador, a questão ambiental e a
159 saúde do consumidor. **Sr. Presidente:** Nós vamos encaminhar à Câmara Técnica de Agricultura, que
160 aliás é uma das que tem dificuldade de quorum, então as três Secretarias que fazem parte desse grupo
161 no Governo, em nome do CONSEMA, a manifestação do Comitê CAÍ. Por último nós temos uma
162 comunicação do Sr. Campani, que diz respeito reavaliação das composições das Câmaras Técnicas.
163 Que seria apresentada a relação de participação das mesmas para as devidas substituições. Várias
164 estão paradas por falta de quorum. Se o tema for adiado mais um mês será mais um mês de paralisia
165 das Câmaras que estão com problema. Nós, de fato, estamos com problemas de quorum, pelo menos
166 metade das Câmaras Técnicas. Esse assunto não está na pauta dessa reunião, o que não impede que
167 seja tratado hoje. Nós precisaríamos de um bom tempo para tratar desse assunto, para não fazermos
168 uma nova recomposição que recaia sobre os mesmos problemas, uma vez que a composição atual das
169 Câmaras foi feita por voluntariado, nenhuma instituição entrou nas Câmaras por deliberação
170 obrigatória. Nós precisaríamos fazer uma avaliação que não é só de substituição, porque, de fato, o
171 número de instituições que compõem o Conselho é pequeno e nós temos um quadro que compromete
172 pelo menos metade das Câmaras Técnicas. Temos Câmaras que de vinte reuniões tiveram quorum em
173 cinco, então nossa proposta, Conselheiro Campani, sempre com a mesma lógica da proposta da
174 FETAG, à princípio propostas de incorporação nas Câmaras são bem-vindas nesse quadro de
175 problemas de quorum, mas uma avaliação mais global talvez fosse interessante tratá-los na próxima
176 reunião do Conselho e, diante da preocupação do Conselheiro, já adiantaríamos a avaliação. Nós
177 temos, no nosso calendário, uma reunião indicada para o dia dezoito, que à princípio pode ser
178 mantida, havendo um entendimento nesse sentido por parte do Conselho, ou podemos deliberar por
179 uma data que não signifique, necessariamente, mais trinta dias de paralisação, que é a preocupação
180 central do Conselheiro. De qualquer forma nossa proposição seria distribuímos hoje o quadro de
181 balanço das Câmaras e trataríamos na próxima reunião e, nós definiríamos a data da próxima reunião
182 ou agora ou ao final dessa. **Sr. Flavio Lewgoy:** É exatamente sobre a questão do programa de
183 monitoramento de agrotóxicos. Por um lado estou me congratulando pois estou vendo que o programa
184 anunciado está funcionando, já detectou problemas e, por outro também porque o Ricardo se
185 manifestou com toda a propriedade, manifestando preocupação com a falta total de fiscalização. Não
186 é a questão de camelô vendendo bugiganga, são pessoas vendendo venenos letais para a população,
187 venenos que fazem desde patologias até mortes. E depois, uma manifestação minha de surpresa, se
188 este programa esta funcionando, como está, por que nós, conselheiros do Conselho Estadual do Meio
189 Ambiente, que tem a função de fiscalizar o cumprimento das leis referentes ao estado do meio
190 ambiente, não recebemos, que eu saiba, cópia dessas análises? Me parece que existe uma omissão,
191 não sei de quem, mas acho que isso facilmente pode ser resolvido por uma providência administrativa
192 à direção do programa, da própria Secretaria, dizendo que o CONSEMA precisa, positivamente,
193 receber o resultado dessas análises. Cada um dos conselheiros tem que receber o resultado dessas
194 análises. Era só isso. **Sr. Presidente:** Voltamos a esse ponto e tratamos já desse assunto para vermos
195 um encaminhamento. E na seqüência tratamos do tema levantado pelo Conselheiro Campani. Vou
196 passar ao Conselheiro Salzano, para manifestação. **Sr, Salzano José Barreto de Oliveira:** Eu
197 represento aqui a Secretaria da Saúde, essa é uma iniciativa que já tem pelo menos dois anos de
198 andamento, é um convênio, um acordo firmado com o LACEN, Laboratório de Saúde do Estado, a
199 CEASA e a Vigilância Sanitária, também órgão estadual. Foram feitas algumas análises, mas o viés,
200 Dr. Flavio, é mais o aspecto qualidade sanitária do alimento. Claro que é de relevância total e também
201 parte de interesse deste Conselho, mas o viés não é o ambiental do uso deste alimento, é o viés,
202 especificamente, do resíduo, a presença ou não dele. Se presente, um acordo com a EMATER, que
203 também faz parte do projeto, para que então fosse corrigido na fonte o uso ou mau uso destes
204 produtos. Talvez por esse motivo não tenha se passado a intenção de comunicar este Conselho, mas o
205 que pode ser feito, porque o viés realmente é a qualidade sanitária mais a nível de Conselho de Saúde
206 propriamente dito. **Sr. Flavio Lewgoy:** Você disse, e eu acredito, claro, que o viés é sanitário, não é
207 tóxicoecológico, embora eu ache que não há muita diferença entre as duas coisas. Nesse caso, pelo
208 menos, o Conselho Estadual de Saúde, do qual eu também faço parte, deveria receber uma cópia e não

209 me consta que tenha recebido. Eu sei porque eu faço a revisão das atas do Conselho Estadual de
210 Saúde, que não dispõe de uma tão eficiente assessoria como aqui o nosso Conselho tem, que é
211 fantástico, eu sempre elogiei, então eu presto o meu concurso voluntário, não vi, absolutamente, nada
212 referente à análise nestes dois anos que você disse e eu acredito que, tanto para um quanto para outro
213 conselho interessa sim receber essas análises. **Sr. Salzano José Barreto de Oliveira:** Essa questão
214 dos agrotóxicos é uma questão complexa e, de fato, nós nunca debatemos esse tema aqui dentro do
215 CONSEMA. Na verdade há fiscalização por parte do Governo do Estado, ele evidentemente tem
216 limitações. É uma questão muito difícil de controlar, nós temos também o problema do contrabando
217 na fronteira com outros países, então se há interesse dos conselheiros de discutir esse tema com mais
218 profundidade, eu proporia que nós convidássemos o próprio DPV da Saúde e agendássemos uma
219 reunião para discutir a questão da situação dos agrotóxicos no Estado, como é que o Estado vem
220 trabalhando. E também não vejo nenhum problema em nós solicitarmos à Saúde que envie ao
221 CONSEMA os resultados das análises dos alimentos. Eu não tenho dúvida alguma de que esta é uma
222 área em que a ação do Estado tem de ser muito qualificada, há muito trabalho, há muito esforço, mas é
223 uma questão complexa. Então eu proporia que, se houver interesse do Plenário, que nós fizéssemos
224 uma discussão mais profunda sobre a questão dos agrotóxicos e sobre as ações que o Estado vem
225 tomando e a necessidade também dessa política mais integrada entre Saúde, Agricultura e Meio
226 Ambiente no que toca a esse tema. **Sr. Arno Kayser:** Campani, nós participamos da reunião. Como o
227 Ricardo colocou, somos membros do Comitê. O que vemos nessa parte é que terá de haver uma
228 articulação muito forte também com a Secretaria da Fazenda, porque assim como a máfia conseguiu
229 ser, inicialmente, desarticulada a partir do Imposto de Renda e não pelas vias de outras, ambientais ou
230 quaisquer que seja, o que nós vimos da declaração do pessoal da EMATER é essa: está havendo
231 comercialização sem emissão de nota, comercialização sem controle nenhum. Será necessária uma
232 ação conjunta com o pessoal da Fazenda, que será a única maneira de conseguir pegar esse pessoal,
233 que provavelmente, deve andar de carrinho no meio da agricultura dizendo que aquilo ali é
234 mostruário. Então pela parte da fiscalização, seja saúde ou ambiental, você não vai conseguir pegar,
235 mas, se flagrá-los vendendo, pega pela parte fazendáticos. **Sr. Presidente:** A proposição objetiva que
236 nós tivemos aqui é de tratar esse assunto como assunto de pauta do Conselho, chamando os órgãos
237 relacionados com o tema, agregado do fornecimento dos relatórios das informações especificamente
238 ao CONSEMA mas também ao Conselho Estadual de Saúde e se não houver divergência em relação a
239 isso nós podemos priorizar isso na pauta para a próxima reunião, como um dos temas, tendo de
240 convidar a Secretaria da Fazenda. Vamos conjugar todas as instituições públicas com
241 responsabilidade sobre o tema. Sr. Flavio, lhe parece adequado o encaminhamento? A data da
242 próxima reunião nós vamos decidir na seqüência. A proposição em relação às Câmaras Técnicas,
243 conselheiro Campani, nós distribuiríamos hoje e trataríamos também na próxima reunião. A ABES
244 solicitando inclusão nas Câmaras de Qualidade e de Gestão das Águas. Alguma manifestação de
245 contrariedade? Então está aprovada a inclusão da ABES. A conselheira Lúcia solicitou espaço para
246 uma comunicação. **Sra. Lucia Ortiz:** Só uma manifestação, que seria a posição dos Amigos da Terra,
247 mas que hoje, durante a reunião da APEDEMA, foi compartilhada pelas demais organizações,
248 inclusive a AGAPAN, que é o descontentamento a respeito do procedimento de estabelecimento das
249 pautas na reunião ordinária do CONSEMA como essa, uma vez que os pontos de pauta já haviam sido
250 estabelecidos no início do ano pela plenária do CONSEMA. Alterações de pauta, que não estejam de
251 acordo com aquelas encaminhadas e tidas como prioritárias pela plenária do CONSEMA, que fossem
252 consideradas reuniões extraordinárias. **Sr. Presidente:** A proposição da conselheira seria que nós nos
253 prendêssemos à ordem das pautas aprovada no planejamento do Conselho que foi feita, na verdade, no
254 meio do ano, e que todas as pautas que, eventualmente, entrarem, que não fizerem parte daquela lista,
255 sejam tratadas como reuniões extraordinárias. Na verdade nós temos hoje reuniões ordinárias mensais.
256 A definição de extraordinária é toda aquela reunião que for além do mensal, se mantiver-se dentro do
257 período normal é considerada ordinária. Nós podemos aprovar esse indicativo de manutenção de uma
258 referência no planejamento original que foi feito no planejamento do Conselho. **Sra. Lucia Ortiz:**
259 Planejando conforme os pontos de pauta, minha participação está vinculada a isso. Hoje minha
260 presença como conselheira, em nome da conselheira Kathia, é também devido às alterações. **Sr.**

261 **Presidente:** Alterações de data nesse caso. Essa reunião não está na data originalmente indicada no
262 calendário. Passamos então à ordem do dia: **1. - Aprovação das Atas das 45ª e 46ª reuniões**
263 **ordinárias.** Em apreciação à Ata da 45ª reunião ordinária, palavra à disposição. Ah, perdão, o
264 Conselheiro Susin tinha um pedido de comunicação antes de nós passarmos à ordem do dia. **Sr.**
265 **Geraldo André Susin:** Gostaria de colocar a questão de que nossa entidade não está recebendo o
266 material pelo correio. Conversamos, parece que está voltando o material do correio. E o que muito
267 estranha é que o restante do material, que é enviado pela SEMA, recebemos, como é de praxe do
268 correio, um canhoto onde o carteiro, no caso de não nos encontrar, deixa um aviso para que possamos
269 retirar esse material no correio. Inclusive coisas do tipo convite, divulgação da SEMA, que nós
270 recebemos com o maior prazer, volta ao correio. Só que esse material não está chegando, então nosso
271 suplente vai encaminhar o endereço dele, aí mandam para os dois endereços, vamos ver se superamos
272 essa dificuldade. E já aproveito para colocar que a essa última 46ª nós não tivemos acesso ainda, acho
273 que teremos agora. Era só essa manifestação, para podermos participar de uma forma atuante e
274 consciente. **Sr. Presidente:** Dr. Nilvo tem uma informação sobre esse assunto. **Sr. Nilvo Luiz Alves**
275 **da Silva:** Só dizer que esse assunto já veio ao Plenário do CONSEMA várias vezes, e na verdade nós
276 enviamos essa correspondência por SEDEX, e ela tem ido para o endereço indicado pela ONG e tem
277 retornado sistematicamente, tudo documentado e comprovado. Então há de fato algum problema com
278 o endereço que nós temos, mas de fato elas vão por SEDEX, para entregar em mãos, mas elas todas
279 retornam. Os dois envelopes de SEDEX vão ser entregues para ti agora, mas de fato nós temos de ver
280 um endereço onde seja possível entregar. **Sr. Geraldo André Susin:** Como havia colocado antes, o
281 material de divulgação da SEMA chega com o aviso e nós buscamos no correio, não tem problema.
282 Esse material não é nos deixado, então algum problema há, mas é apenas um detalhe, vamos acertar
283 essa situação no final. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** Nós podemos passar a enviar, da mesma forma,
284 com o aviso, e vocês retiram no correio. O que acontece é que , como retorna o SEDEX, o carteiro
285 não tem encontrado ninguém para entregar, ele tem que assinar, alguém tem que receber via SEDEX,
286 e volta se não tiver ninguém. Ou nós enviamos de uma outra maneira para vocês, ou para outro
287 endereço, mas é uma questão simples de resolver. **Sr. Presidente:** Nós haveremos de conseguir uma
288 solução simples para um problema complexo, Conselheiro Susin, senão nós iremos entrar no
289 PROCON. (Risos) Voltamos à aprovação das Atas e depois aprovamos o restante da ordem do dia.
290 Em apreciação à Ata da 45ª reunião ordinária, palavra à disposição. (Silêncio) Não havendo
291 manifestações, nós consideramos a Ata da 45ª reunião **APROVADA.** **Sr. Jackson Muller:** Só uma
292 questão de ordem, Presidente, uma questão só de correção de nome, na linha 176 e 193 eu acho que é
293 UNIVATE, que é um convênio com a Universidade do Vale do Taquari, na linha 176 e 193. **Sr.**
294 **Presidente:** Já fica registrado a necessidade de correção, Conselheiro Jackson, mais alguma
295 correção? (Silêncio) Então fica **APROVADA a Ata da 45ª** e nós passamos à Ata da 46ª. Todos
296 receberam a tentativa de um novo formato de Ata, que tem uma espécie de relatório sucinto, que está
297 em anexo à Ata, de maneira a resgatar, sobretudo aos conselheiros que faltaram às reuniões
298 anteriores, e que não tem condições de fazer uma leitura detalhada, resgatar uma memória descritiva,
299 resumida das principais questões tratadas na reunião. Esta é um formato-tentativa, se algum dos
300 conselheiros tiver sugestões de modificações, de aprimoramentos, pode encaminhar diretamente à
301 Secretaria Executiva, mas considerem essa parte preliminar com esse espírito de resgatar os elementos
302 centrais tratados em cada reunião como uma memória resumida. E nós colocamos em apreciação a
303 Ata da 46ª reunião ordinária. **Sr. Geraldo André Susin:** Eu pediria que apreciássemos a Ata em uma
304 próxima reunião. **Sr. Presidente:** Nós vamos acolher então a sugestão do Conselheiro Susin e essa
305 Ata fica para a próxima reunião. Vamos aprovar a ordem do dia, nós temos a análise dos processos de
306 habilitação dos Municípios de Colinas, Cruzeiro do Sul, Ibirubá, Porto Alegre e Santa Maria. O
307 terceiro ponto é um relato sobre a CONFEMA. O quarto, o relato e avaliação da Rio + 10. O quinto
308 são assuntos gerais. A Presidência sugeriria alguma alteração na ordem de pauta, passando a questão
309 da Rio + 10 como terceiro ponto da pauta? Nós gostaríamos de estar presente nesse assunto,
310 infelizmente eu terei de me ausentar a partir das 17 horas para acompanhar o Governador na entrega
311 da proposta orçamentária à Assembléia Legislativa. Nós solicitaríamos a atenção dos senhores para
312 essa proposição e abríamos a palavra para eventuais proposições de ordem do dia. A proposição da

313 mesa então seria habilitação em primeiro lugar, em segundo lugar Rio + 10, em terceiro lugar
314 CONFEMA e depois assuntos gerais. Então nós passamos de imediato à pauta 2 - **Análise dos**
315 **processos de habilitação dos Municípios de Colinas, Cruzeiro do Sul , Ibirubá, Porto Alegre e**
316 **Santa Maria**, reiterando a presença dos prefeitos de Colinas e Cruzeiro do Sul e de sua equipe, e
317 também da supervisora de meio ambiente de Porto Alegre. Foi solicitado na reunião anterior pelo
318 Conselheiro Flávio Lewgoy, informações a respeito da situação da entrega dos documentos pendentes
319 dos Municípios habilitados. Nós estamos encaminhando cópia, professor Flavio, da situação de todos
320 os Municípios habilitados com os respectivos prazos. Foi realizada também, o Dr. Clebes da FEPAM
321 vai fazer um relato sobre isso, foi realizada uma reunião da Comissão de Municipalização da
322 Secretaria com todos os Municípios habilitados e nós antecipamos aqui o encaminhamento em relação
323 ao problema de prazo de entrega de documentos. Nós temos seis Municípios cujo prazo final para
324 entrega de documentos venceu no dia oito de setembro. A Presidência considerou que seria mais
325 adequado que nós adotássemos um encaminhamento, sempre faltando alguns dias para o prazo final,
326 encaminhar uma segunda correspondência aos Municípios reiterando a necessidade de
327 complementação, o que não foi feito no caso desses seis Municípios. Como nós achamos que trazer
328 novamente ao CONSEMA seria já para uma decisão mais de fôlego, coma a desabilitação, por
329 exemplo, no caso desses seis Municípios, a Presidência tomou a liberdade de enviar um ofício dando
330 quinze dias aos Municípios para que eles apresentem a documentação que falta e comunicando que a
331 não apresentação da documentação implicará o envio do processo novamente ao CONSEMA sob pena
332 de desabilitação, e aí fica à critério do CONSEMA definir qual é a sanção que seria aplicada à não
333 apresentação de documentação. Embora sejam documentos de menor importância no processo, eles
334 fazem parte do ritual, há uma formalidade que precisa ser cumprida, e então nós já adiantamos, Sr.
335 Flavio, a partir da sua preocupação, a adoção desse procedimento. Ao invés de só mandar um ofício
336 logo após a habilitação, em geral nós estamos dando seis meses. Pode haver a perda de memória dessa
337 solicitação, então sempre, em alguns dias antes do vencimento do prazo, nós vamos adotar um
338 procedimento padrão de reiteração quando o prazo estiver vencendo, para um eventual retorno ao
339 Conselho que já seja para tratarmos do assunto em seu mérito e para tomar providências mais efetivas.
340 Chamo o Clebes para fazer um relato dessa reunião e também Clebes já vai fazer a apresentação do
341 parecer da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada sobre cada uma dos cinco Municípios que estão
342 hoje em apreciação. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Boa tarde ao Plenário do Conselho, a maioria já me
343 conhece, sou membro da Câmara Técnica. Na verdade, a presidência da Câmara Técnica é feita pela
344 FAMURS, na figura do Sr. Jackson Muller, mas como acabamos digitando o material, coube a mim
345 fazer essa breve apresentação dos Municípios. Gostaria de dar o relato de alguns movimentos que nós
346 temos feito em relação ao processo de municipalização dentro da SEMA. Nós tivemos dois
347 movimentos importantes no final do mês de julho, que foi convidar os Municípios habilitados, na
348 época eram vinte e oito, se não me engano, em dois blocos de quatorze, para virmos aqui, exatamente
349 nessa sala, onde nós poderíamos trocar informações referente aos procedimentos que os Municípios
350 estão utilizando e os procedimentos que o órgão utiliza, procedimentos estes referentes a FEPAM e
351 referentes ao DEFAP no processo de licenciamento. Também oportunizamos a prestação do banco de
352 dados que nós utilizamos no Estado, de como nós agregamos as informações de licenciamento, para
353 tentar fazermos que o banco de dados municipal consiga dialogar com o banco de dados estadual, que
354 possamos ver essa relação. Esse processo está em construção, nós tivemos uma discussão bastante
355 saudável com os Municípios, foi algo extremamente bom. Nós oportunizamos uma discussão entre os
356 Municípios, teve um momento em que nós os dividimos em grupos e eles puderam trocar impressões,
357 levantando dificuldades, problemas e situações conflitivas com que se tenham defrontado. Só um
358 parênteses, algo consensual que os Municípios levantaram: os técnicos tiveram problemas com os
359 Secretarios de Obras Municipais, que são problemas bastantes evidentes dentro das suas Prefeituras.
360 Cabe destacar também que se elencou nesse encontro uma relação de solicitações de demandas que os
361 Municípios têm referentes ao licenciamento ambiental, tais como procedimentos do licenciamento de
362 loteamentos, procedimentos referentes à atividades agrocivilpatoris. Enfim, foi elencado e foi
363 tabulado tudo isso em material, foi feito o levantamento do número de técnicos. Nós temos todo um
364 banco de dados referente a esse processo que está à disposição dos conselheiros para quem quiser

365 conferir esse material. Nós identificamos, como o Secretário já relatou, referente às complementações
366 de documentações, que se centralizam basicamente no item g, da Resolução 04/2000, do CONSEMA,
367 que trata do plano ambiental, temos observado que alguns Municípios, principalmente os menores,
368 tem dificuldade de elaborar os planos ambientais exatamente como está posto na resolução 011, onde
369 cria várias necessidades. Em função disso a Câmara Técnica tem aprovado as habilitações dos
370 Municípios com esses prazos para a complementação. Alguns Municípios entregaram no tempo hábil,
371 outros, como foi citado, ainda estamos no aguardo, foi feito esse movimento para reiterar isso.
372 Referente aos Municípios da pauta de hoje, a situação não é tão diferente. Enquadram-se três
373 Municípios representados aqui, o Município de Colinas e Cruzeiro do Sul estavam na reunião da
374 Câmara Técnica onde foi discutido e avaliado os documentos referentes a esses Municípios. Teve
375 uma discussão, a Câmara Técnica questionou, abordou, fez algumas indagações referentes aos
376 planejamentos e às proposições que levam o Município a procurar a habilitação e, dentro desse debate
377 que houve entre a Câmara Técnica e os Municípios, a Câmara Técnica entendeu encaminhar as
378 habilitações desses Municípios e também com as complementações que os senhores receberam na
379 documentação dos Municípios. De imediato encaminhamos para o Plenário os Municípios. **Sr. Flavio**
380 **Lewgoy:** Tenho em mãos os pareceres da Comissão, todos favoráveis. Ainda dentro do espírito do
381 questionamento que fiz, noto que a maioria das exigências foram cumpridas, mas existem quesitos
382 que, nos três casos, foram os mesmos e não foram entendidos. Plano ambiental, zoneamento
383 ambiental, apresentação de mapa temático, cronograma de implantação dos projetos, parece que isso é
384 muito difícil mesmo. Claro que nem por isso se deve deixar de conceder a habilitação, porque em
385 relação ao número de Municípios que o Estado tem, ainda é muito pequeno e temos que incentivar.
386 Mas, se os Municípios, dois dos quais possuem representação aqui, é um prazer para mim tê-los
387 conosco, já é também ocasião de perguntar se a Comissão Técnica da gestão Compartilhada
388 Estado/Município está informando, inclusive colocando nesse parecer, que será dado um prazo aos
389 Municípios e colocando a data da emissão do parecer, para que se possa também contar. Não é ser
390 exigente, é uma questão apenas de querer que as coisas sejam feitas conforme devem ser. **Sr. Ricardo**
391 **Litwinski Suffert:** Presidente, tenho um questionamentos sobre os licenciamentos que já estão
392 ocorrendo com os Municípios já autorizados. Não sei se o momento é agora ou depois, pode ser
393 agora? Bom, com relação ao que foi falado pelo Clebes, a respeito das informações que são
394 repassadas pelos Municípios à FEPAM, sobre o processo de licenciamento. Não tenho aqui a cópia da
395 resolução do CONSEMA, onde diz quais são as informações, se não me engano são todas, as
396 principais informações a respeito de cada processo licenciado. Pergunto como está esse repasse de
397 informações, se a FEPAM está recebendo esse material, porque na página da FEPAM, inclusive as
398 licenças que a FEPAM emite, já estão sendo disponibilizadas e quero saber como está se pensando
399 para os Municípios que tem esse licenciamento municipal, se também está se prevendo para o futuro
400 ter essas informações disponibilizadas? **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** Um comentário em relação ao
401 encontro que o Clebes destacou, por trás desses encontros há um conceito importante, que continua
402 sendo a consolidação do sistema público centralizado, onde existe uma relação solidária entre
403 Municípios e Estado. Portanto, mesmo após habilitados, nós estamos realizando encontros entre os
404 órgãos licenciadores municipais e estaduais. Nós estamos promovendo cursos de capacitação para
405 gestão ambiental compartilhada, FEPAM e SEMA estão promovendo esses cursos, que o IBAM
406 ministra, tentando capacitar para a elaboração de legislação, para questão dos planos diretores
407 incorporando o meio ambiente. Evidentemente a troca de experiência da FEPAM com os Municípios
408 é fundamental porque de fato tem um grande acúmulo de aplicação da operação do licenciamento no
409 Estado. Então essas reuniões, esses encontros, de órgãos licenciadores vão continuar acontecendo,
410 vão ser frequentes, fazendo parte da estruturação do sistema de proteção ambiental do Estado. Sobre o
411 comentário, o Clebes pode prestar maiores informações, Ricardo, mas uma questão importante é que
412 nós estamos de fato em um processo de construção. Professor Lewgoy destacou bem a dificuldade de
413 um acordo sobre a integralidade do tal plano ambiental municipal, uma questão que a própria
414 resolução não deixou muito bem amarrada, por isso esses ajustes que estão sendo operados aos
415 poucos. A questão da troca de informação, Clebes dará mais detalhes, mas não vamos perder a
416 perspectiva de que é uma novidade a questão da disponibilização de licenças na INTERNET, em

417 termos brasileiros, é uma questão bastante peculiar. Nós estamos avançando bastante, é evidente que
418 teremos algumas dificuldades no caminho de criar um sistema que estabeleça a comunicação entre
419 Municípios e Estados e que seja público, mas alguns passos importantes já estão sendo dados, sem
420 dúvida alguma, e estamos tentando repassar aos Municípios. **Sr. Presidente:** Conselheiro Campani
421 está inscrito, depois o Clebes esclarece em blocos todas as questões, e passamos à avaliação de cada
422 um dos Municípios que estão na ordem do dia de hoje. **Sr. Darci Campani:** Como representamos
423 uma associação, algumas perguntas não temos condição de responder junto à diretoria da associação e
424 temos de repassar a vocês. Na última reunião da diretoria da ABES, onde eu relatei essa questão do
425 processo de Gestão Compartilhada, relatei os Municípios que na última reunião foram autorizados, a
426 quem foi concedida a licença, e foi questionado a questão do Corpo Técnico existente nas prefeituras.
427 Vimos na reunião passada que o Corpo Técnico é justificado por um convênio com universidades que
428 prestam esse trabalho durante o período que está sendo pensado para o licenciamento. Muitas vezes
429 essas próprias universidades também prestam serviço para os possíveis empreendedores, existe algum
430 mecanismo que evite o conflito de interesses, que impeça que uma universidade seja usada para dar o
431 aval de licenciamento municipal e, ao mesmo tempo prestar essa assessoria às indústrias cujos
432 empreendimentos estão se licenciando? **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** Em relação à observação do
433 Sr. Lewgoy, nós temos ao mesmo tempo 497 Municípios no Estado, hoje habilitados em torno de
434 trinta Municípios, e é de interesse do Estado, de interesse da política de gestão ambiental, que mais
435 Municípios se adequem a esse processo, e assumam as responsabilidades que só são suas, pelo Código
436 Estadual do Meio Ambiente também. Nós temos feito, depois que a plenária do Conselho, a plenária
437 da aprovação ao Município, sai um ofício assinado pela SEMA informando o prazo de seis meses e
438 dos itens, um a um, mas sai apenas após a aprovação do Município pelo Plenário do CONSEMA.
439 Ricardo, esse encontro que nós fizemos com os Municípios, foi exatamente para tentar padronizar
440 esse processo de dados, esse troca de informações. Pela resolução do CONSEMA, os Municípios tem
441 uma prestação de contas oficial, pela resolução anual, então oficialmente não temos habilitado
442 nenhum Município que não tenha fechado um ano ainda, mas já saímos na frente fazendo essas
443 reuniões técnicas onde nós mostramos quais informações, dentro do licenciamento municipal, são
444 importantes, pois não nos interessa, na FEPAM ou no DEFAP, termos toda a licença conosco, apenas
445 alguns dados importantes para cruzar o Sistema de Gestão Ambiental e o Sistema de Informações
446 Ambientais. Foi entregue um material aos Municípios, documentando de que dados referentes, por
447 exemplo, à suínocultura, são importantes, de que dados referentes à pequenas indústrias são
448 importantes, e como colocar tudo isso dentro de um banco de dados, o mesmo banco de dados que a
449 FEPAM tenha, para que consigamos prosseguir, num futuro mais breve possível, até pela
450 INTERNET. Esse movimento vem ao encontro a essa tua preocupação, que também é uma
451 preocupação nossa. Na questão que o Conselheiro Campani levantou, não sei se o Gustavo quer fazer
452 uma abordagem de caráter mais jurídico. **Sr. Presidente:** Antes de termos o esclarecimento do Nilvo,
453 nós temos uma última inscrição do Conselheiro Jackson. **Sr. Nilvo Luiz Alves dos Santos:** Quero
454 apenas relatar ao Conselheiro Campani, que não estava presente quando nós deliberamos a resolução
455 04. Fizemos uma ampla discussão sobre a questão dos técnicos à disposição dos Municípios e o
456 princípio na verdade é que haja a complementação da resolução 04/2000, se não me falha a memória,
457 para que haja técnicos do quadro do Município para fazer a fiscalização e que aceitemos algum apoio.
458 Evidente que na situação de convênio, o ideal é que os Municípios tenham técnicos contratados A
459 própria FEPAM se assessora de alguns especialistas ocasionalmente. De fato trata-se de um tema
460 delicado, mas não há como proibir o Município de se apoiar em universidade, nem a universidade,
461 prestando consultoria ao Município, se abster de prestar consultorias eventualmente a outras
462 empresas. Toda a estruturação do sistema está baseado no fato de que progressivamente vão de fato
463 tendo seu quadro permanente para fazer o licenciamento e que as consultorias e apoios sejam
464 eventuais como hoje acontece com os órgãos do Estado. **Sr. Presidente:** Além disso nós temos,
465 Campani, um programa de reuniões e discussões com as universidades, que quem impulsionou isso foi
466 a UNIVATES, o caso mais consolidado. A maior parte dos Municípios, como o Vale do Taquari, são
467 Municípios de pequeno porte que não teriam condição de ter um corpo técnico disponível o tempo
468 inteiro inclusive porque não tem demanda para isso. Tem sido feito também um intercâmbio, uma

469 discussão entre a SEMA, a FEPAM e essas universidades, no sentido de definir os parâmetros desse
470 tipo de relação para que não haja esse tipo de situação. E nos parece que a experiência da
471 UNIVATES, que é de longe a mais consolidada, tem sido bastante positiva. Não tivemos nenhum tipo
472 de situação de constrangimento, de ética profissional, e tem se potencializado muito a
473 descentralização na região em função do acúmulo da universidade. O reitor e a equipe da universidade
474 estiveram conosco para estreitar o conhecimento dos critérios técnicos utilizados pelo Estado para que
475 incorpore isso no assessoramento aos Municípios. **Sr. Jackson Muller:** Eu teria algumas
476 considerações a fazer com relação a esse assunto, que seguidamente retorna às discussões, cada vez
477 que um conjunto de Municípios vem ao CONSEMA para se habilitar, e complementações são
478 propostas pela Comissão de Municipalização e Câmara Técnica de Gestão Compartilhada. Esse
479 assunto seguidamente está presente nos debates que são feitos a respeito da habilitação dos
480 Municípios. Primeira coisa importante é que o Rio Grande do Sul vem desenvolvendo uma
481 experiência, e amanhã nós iremos discutir na CONFEMA o SISEPRA, e o Município efetivamente no
482 Rio Grande do Sul vem sendo parte ativa da construção desse processo. Essas experiências que nós
483 estamos tendo, e são trinta e 497, hoje vamos habilitar mais alguns, são experiências ainda
484 insuficientes para traçar um perfil da construção do controle ambiental na esfera local, mas
485 certamente o Município que se habilita está chamando para si a responsabilidade, assumindo os
486 problemas. Eu não teria tanta dificuldade em relação aos trinta que estão se habilitando, a minha
487 dificuldade seria justamente com os que não estão se habilitando, porque esses também estão se
488 omitindo. Na medida em que se submetem a um processo de análise, onde a estrutura legal tem que
489 estar em dia, a estrutura legal de todos os Municípios habilitados que está presente, é consistente, tem
490 base de estruturação. Temos Municípios com seiscentos habitantes e Municípios com um milhão e
491 trezentos mil, como regrar essa diversidade? O Conselho tem colocado, e a sua postura tem sido
492 bastante elogiável, até porque temos assistido em outros Estados do país uma tentativa de construir
493 um sistema parecido com o nosso, os outros Estados olham para nossa experiência e vêem que estão
494 sendo conduzidas em um sentido positivo. Claro que os municípios, na hora de se organizarem para
495 atender, por exemplo, todos os requisitos que o plano ambiental propõe, tem dificuldades, tem
496 limitações, às vezes a própria universidade não consegue fazer o plano, e são assessorados por
497 profissionais de nível superior. A Resolução 04/2000, se os Conselheiros observarem a tabela que foi
498 apresentada dos documentos e dos Municípios que precisam complementação, quase todos eles
499 levaram dois anos para se estruturar, e teve seus projetos aprovados e habilitados pelo CONSEMA.
500 Dois anos, em uma escala de tempo, aonde o Município pode construir, temos dois prefeitos hoje
501 presentes aqui, que vem dar seu voto de confiança, de que estão assumindo e dizendo: “O problema é
502 nosso”. O Conselho nesse aspecto tem sido bastante compreensivo para com a organização dos
503 Municípios dentro dessa área. Sinto-me um pouco frustrado do fato de que seis Municípios poderão
504 ter o seu processo de habilitação suspenso, porque essa é uma construção coletiva que já vem há mais
505 de dez anos sendo feita no nosso Estado. Acredito que nós temos que ter clareza, enquanto
506 Conselheiros, da importância que isso representa para quem está do outro lado do balcão atendendo
507 uma comunidade e buscando regrar o componente ambiental na esfera local. Isso não é uma tarefa
508 fácil de se fazer, há conflitos internos, como fica muito claro na fala do Clebes e nas discussões que
509 temos feito com os Municípios, os conflitos intra-prefeitura talvez sejam os piores, seja mais fácil
510 regrar o externo do que o interno, mas eu vejo que nós estamos em um crescente positivo nesse
511 sentido, e acho que o Conselho pode dar o seu voto de confiança. Os Municípios que estão habilitados
512 tem procurado compartilhar a mesma base de dados que o órgão estadual, de forma que a construção
513 do SISEPRA, que amanhã vai ser pauta da Conferência Estadual, e tem sido pauta das pré-
514 conferências, se sedimentem em cima da intervenção do Município. Não creio que um sistema
515 estadual de proteção ambiental possa funcionar sem a participação efetiva dos Municípios nesse
516 processo, e nós estamos construindo isso aqui, com todas as dificuldades e limitações, mas estamos
517 construindo. **Sr. Presidente:** Faremos o relato em blocos dos cinco Municípios e na seqüência a
518 avaliação e apreciação. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Antes de ler, uma observação que me escapou: a
519 Câmara Técnica de gestão Compartilhada tem tido uma grande dificuldade para conseguir encaminhar
520 os Municípios. A maior dificuldade tem sido quorum nas reuniões. É importante destacar isso, pois às

vezes vêm municípios do interior, representantes para reunião da Câmara Técnica, e muitas entidades que estão listadas entre as onze que fazem parte muitas vezes não vêm, impedindo o trabalho de quem está presente tentando construir esse processo de gestão compartilhada. Não sei se é o caso de trocar algumas entidades que comprovadamente já faltaram a muitas reuniões, para renovar a Câmara e mais pessoas se agregarem a esse trabalho que nós estamos desenvolvendo. Os Municípios que estão a espera do encaminhamento do Plenário são os Municípios de **Colinas, Cruzeiro do Sul, Porto Alegre, Santa Maria e Ibiruba. Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** Alguma necessidade de esclarecimento dos processos de habilitação? Poderemos passar à votação? Os Conselheiros que concordam com a habilitação dos cinco Municípios, por favor, ergam seus crachás. A mesa pede desculpas aos que não conseguiram retirar os crachás que estavam engatilhados nas camisas. Aqueles que são contrários, abstenções? Então está **APROVADA A HABILITAÇÃO dos cinco Municípios de Porto Alegre, Cruzeiro do Sul, Ibiruba, Colinas e Santa Maria.** Nossas congratulações aos Municípios, desejando boa sorte nesse trabalho que, como o Jackson destacou, sabemos que é um trabalho difícil que exige muito esforço do governo municipal. Agradecemos a presença de vocês e boa sorte no trabalho. Passamos agora ao próximo ponto de pauta, que é a avaliação da Rio + 10, pela qual nós precisamos da presença do presidente deste Conselho, Secretário Langone, e aproveito o tempo do qual nós vamos precisar até que o Secretário retorne à reunião, para fazer uma pequena observação quanto à questão da troca de informação. Ricardo, como a FEPAM vê isso? Nós não vemos como uma necessidade de prestação de contas do Município à FEPAM, já que os Municípios são entes da Federação e respondem pelos atos que praticam. Estamos tentando consolidar um sistema onde haja troca de informação, onde o Município saiba o que a FEPAM faz, a FEPAM saiba também o que o Município esteja fazendo, porque a solução dos problemas ambientais exigem articulação entre essas duas instâncias de governo, e não como uma fiscalização do trabalho dos Municípios. **Sr. Ricardo Letwinski:** Nilvo, acho importante haver essa troca de informação entre as entidades, mas também uma transparência para que possamos saber o que o Município está fazendo. Assim como a FEPAM está procurando ser transparente nos licenciamentos que está apresentando, também deve haver transparência dos próprios Municípios, talvez criando no âmbito municipal um forma diferente, porque em pequenos Municípios do interior a INTERNET nem é a forma mais adequada, talvez outra forma de divulgação também seja interessante. **Sr. Presidente:** Vamos considerar essas contribuições como um subsídio à Câmara Técnica. Todos os Conselheiros que tiverem contribuições sobre esse assunto, a Câmara Técnica é o alimentador do Conselho sobre isso, inclusive para revisão de resoluções. Antes de nós passarmos para o ponto Rio + 10, eu gostaria de consultar os dois Prefeitos presentes e a representante da Prefeitura de Porto Alegre, se gostariam de fazer o uso da palavra. **Sr. Edelbert Jasper:** Sobre a questão que o Jackson falou antes, a preocupação maior é com aqueles Municípios que não estão se preocupando com o licenciamento. Estamos tentando colocar em vigor a Legislação Ambiental, enquanto que nos vizinhos não acontece.. Entre os Municípios pequenos, o que ocorre? Mas por que o outro Município não precisa? Existe essa discrepância e é muito importante que se faça um trabalho de conscientização de todos os Municípios no sentido de conseguirem esse licenciamento para que seja feito de uma forma uniforme para todo Estado. **Sr. Presidente:** Obrigado, Prefeito de Colinas. Prefeito de Cruzeiro do Sul, por favor. **Sr. Gerson Kolling:** Pessoal, em primeiro lugar eu quero agradecer pela credibilidade . É realmente um passo difícil para nós, Prefeitos, mas de qualquer forma nós temos de assumir. Meu companheiro, Prefeito de Colinas, que nós também nos enquadrados aos pequenos Municípios, existe uma inviabilidade entre a grande parte dos Municípios, até pelas próprias Câmaras Municipais, porque existe muitas vezes uma contrariedade entre Prefeito e Câmara. E para nós, sustar o nosso próprio corpo técnico, nós não temos condições. Nós nos enquadrados dentro daqueles limites de Municípios, onde nós precisamos, através de convênios, conseguir tratar daqueles assuntos mais pertinentes aos interesses de nossa comunidade. Isso muitas vezes é travado na própria Câmara, e acontece em muitos Municípios novos, parece que ainda não se apegaram a essa cultura, a esse entendimento, da necessidade desse trabalho que tem de ser feito, e nós vamos trabalhar em cima disso aí, vamos assumir a responsabilidade, sem fugir daquilo que nos cabe. Vamos andar dentro daquele espaço, onde conseguiremos alimentar o que nos cabe, também contando com a FEPAM, no momento em que nós nos vemos atrapalhados. Onde termina nosso

573 entendimento, nós queremos continuar contando com vocês, com o auxílio dos técnicos mais
574 entendidos na área. Muito obrigado pela atenção. **Sr. Presidente:** Quero registrar, em nome do
575 Conselho, nossa satisfação em tê-los presentes aqui, isso nos dá a certeza de que o Município está
576 encarando esse desafio como um desafio importante, de avanço. A presença de seus mandatários
577 dignifica o Conselho, e queremos desejar aos senhores sucesso nessa empreitada, reiterar nossa
578 disposição, Conselho e Secretaria da FEPAM, de estar apoiando o Município, principalmente na fase
579 da caminhada inicial, que sabemos ser um aprendizado difícil, mas a presença dos senhores
580 certamente traz ao Conselho a seriedade e disposição, a prioridade que os senhores estão dando a esse
581 tema no âmbito municipal. Passamos ao terceiro ponto, **3 - Rio + 10**. Esse ponto, na verdade, pela
582 proximidade do final da Conferência, e pela presença de pelo menos quatro conselheiros nossos em
583 Junesburgo, achamos que seria importante incluímos ao menos um relato rápido ao Conselho, que é o
584 órgão superior nosso, sobre a Conferência e suas repercussões no âmbito local e regional. Gostaria de
585 convidar a Conselheira Lúcia e a Conselheira Cimara para estarem na mesa conosco, a nossa idéia era
586 que tivéssemos aqui quatro falas, de sete a oito minutos cada uma, com a impressão de cada uma das
587 pessoas que estiveram em Johansburg. Vamos tentar fazer um critério de intercalação de gênero e de
588 seguimento, alguém se dispõe a falar primeiro? Pode ser Nilvo, Cimara, Lucia, Langone? De sete a
589 oitos minutos. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** Nos já falamos bastante sobre a Rio + 10 na última
590 semana. Vou tentar chamar a atenção de vocês para alguns elementos que eu pessoalmente percebi e
591 acho que são centrais no resultado ou da falta de resultados do encontro em Johansburg. Em primeiro
592 lugar não tenho como deixar de registrar que o encontro se deu em um clima não só de fragmentação
593 política mas de fragmentação também eu diria espacial. Nós tínhamos o Samet Oficial em um lugar e
594 o Fórum Global, que é o Fórum da Sociedade Civil, há quarenta minutos do Fórum Oficial numa
595 cidade onde ainda se sente o “apartheid” de forma muito intensa. Uma cidade sem transporte público
596 e quase sem espaços públicos onde as pessoas pudessem de fato se encontrar. Além das dificuldades
597 políticas, nós tínhamos dificuldades logísticas muito grande dentro do Fórum Global. Não sei se a
598 Cimara e a Lucia vão concordar, mas vimos o Fórum da Sociedade Civil enfraquecido, talvez não tão
599 grande quanto se esperava, e uma enorme fragmentação dentro da própria sociedade civil, onde as
600 grandes organizações não-governamentais praticamente fizeram seus eventos paralelos. As mais fortes
601 puderam fazer uma programação, mas de fato nós não vimos a confirmação de um movimento político
602 mais consistente que tivesse capacidade de colocar pressão dentro do evento oficial. O evento oficial
603 em si, talvez o que vocês acompanharam mais pela imprensa, talvez tendo acesso a mais informações
604 do que nós. Em Johansburg, a dificuldade de informação era uma questão presente. Presenciamos, de
605 fato, a falta de condições políticas para se chegar a um acordo, principalmente sobre a questão da
606 responsabilidade de cada país, não surgindo nenhuma proposta, nenhuma liderança política que fosse
607 capaz de aglutinar interesses diversos entre países. Vimos o Brasil muito preso às posições de G67,
608 onde o país levava uma proposição clara de estímulo às energias renováveis, por exemplo, sendo
609 amarrado por outros membros do G67 que tinham interesse muito direto na promoção do uso dos
610 combustíveis fósseis, como era o caso da Venezuela, o caso dos países árabes, o caso de tantos outros
611 países. O Brasil chegou com uma proposição, mas nos pareceu que fez mediações e acomodações em
612 excesso durante o processo do Samet, o que resultou em uma resolução de poucos compromissos, e
613 pode ser verificada muita abertura para basicamente ação voluntária e regional, no que toca à questão
614 da energia, mas praticamente perpassa todos os documentos que lá foram firmados. E documento
615 político, já está no site do Samet, tanto a declaração política quanto o plano de implementação,
616 reafirmou os acordos do Rio, os princípios da Rio 92, das responsabilidades comuns e diferenciadas, o
617 princípio da precaução, reafirma estes princípios mas, de fato, o plano de implementação não
618 estabelece as condições efetivas e os compromissos mensuráveis para que esses acordos fossem
619 colocados em prática. Evidentemente, é difícil avaliar o que vai acontecer daqui para frente. Uma
620 questão parece clara: a perda de credibilidade dessas conferências e a perda de credibilidade do
621 próprio sistema das Nações Unidas. Para onde vai refluir a enormidade de movimentos sociais no
622 planeta que tratam desses temas? É difícil precisar, é difícil antever agora. Os problemas que o Samet
623 se recusou a deliberar a respeito são problemas que permanecem, é difícil saber para aonde irão fluir
624 agora, mas permanecem e terão de continuar sendo abordados de alguma forma, porque são são

625 questões concretas e precisam de uma resposta mais clara da que foi dada no Samet. Temos
626 especulado bastante, nos parece que o próprio Fórum Social Mundial vai ser um dos grandes
627 movimentos, uma das grandes instâncias para onde vai refluir todo o descontentamento dos Fóruns
628 Oficiais que não tem dado respostas efetivas. Isso nos parece claro, mas como acontecerá daqui para
629 frente , já que o Samet não resolveu as questões a serem resolvidas, é uma questão em aberto.
630 Teremos de acompanhar para ver o que acontecerá, mas evidentemente o fracasso do Samet não
631 significa o fracasso das causas que não foram tratadas de forma mais responsável e concreta lá. **Sra.**
632 **Cimara Machado:** Boa tarde a todos. Eu tive a oportunidade de participar da Conferência,
633 juntamente com a Lucia, nós fomos através do Fórum Brasileiro, infelizmente não conseguimos mais
634 subsídios para membros da APEDEMA estarem presente, o que lamentamos, pois haveria uma melhor
635 participação. Mas, enquanto Fórum Brasileiro, eu e a Lucia estivemos lá, e foi uma boa oportunidade,
636 o que repassamos ao restante do movimento e também aos Conselheiros. O Fórum Brasileiro surgiu
637 em 1990, com o objetivo de mobilizar e facilitar a participação da sociedade civil na época, bem como
638 sensibilizar a sociedade civil brasileira e apresentar alternativas ao modelo vigente até então. Em
639 1992, o Fórum foi responsável por organizar o Fórum Paralelo, a Eco 92, o Fórum Internacional das
640 ONGs e Movimentos Sociais. Esse Fórum participou ativamente tanto do paralelo quanto do global.
641 Foram elaborados uma média de quarenta tratados em 1992. No decorrer desses dez anos, o Fórum
642 continuou trabalhando na mobilização da sociedade civil e na implementação das políticas públicas.
643 Em 1997, por ocasião da Rio + 5, as entidades filiadas ao Fórum fizeram um balanço da questão
644 sócio-ambiental e do desenvolvimento sustentável no Brasil, onde foi produzido “Brasil. Século XXI.
645 Os Caminhos da Sustentabilidade.”, cinco anos após a Eco 92. Agora, para a participação em
646 Johansburg, o Fórum Brasileiro se organizou através de seus GPs. Os GPs Política Florestal,
647 SócioBioDiversidade, Agenda Vinte e Um, Águas, Comércio Internacional e Meio ambiente, Energia,
648 Florestas e Mudanças Climáticas produziram dois documentos: um foi este livro, que é mais
649 completo, com todas as posições do Fórum, e o outro foi esta revista, das quais nós levamos quatro
650 mil exemplares em inglês, para fazer o “lobby” , que foi a parte em que a Lucia participou, e também
651 para trabalhar no Fórum Paralelo, que é da sociedade civil. Além disso, ainda teve um terceiro
652 documento, o Manifesto Rio + 10, que foi organizado em conjunto com a SEMA, no Rio Grande do
653 Sul. Desse Manifesto também foram feitas trinta mil cópias, que também foram distribuídas.
654 Tínhamos três materiais para serem trabalhados. A sociedade civil se dividiu em dois setores: um
655 participou ativamente da parte oficial, onde a Lucia participou, e eu participei ativamente da parte da
656 mobilização da sociedade civil, que era o Fórum Paralelo. O que aconteceu no Fórum Paralelo? A
657 sociedade civil estava desmobilizada. Por quê? Porque a sociedade civil da África não teve condições
658 de superar o problema local em prol do global, e todas as divergências que tinham no movimento
659 continuou e atrapalhou e muito o trabalho das outras ONGs que foram para lá. O evento, que seria o
660 oficial das ONGs, ficou totalmente desmobilizado, e paralelo a isso tinham três ou quatro movimentos
661 ocorrendo. Um era da Via Campesina, outro do INDABA, outra ainda de um movimento anti-
662 globalização que era puxado pela Banda Nativa. Eram vários focos separados, o que impossibilitou de
663 sair algum documento unificado da sociedade civil. Vendo esse fato, quando chegamos, o que já era
664 esperado, pois antes o Fórum Brasileiro já participava do Comitê Internacional de ONGs, e já tinha
665 detectado toda essa desavença que estava acontecendo, ainda tentamos continuar participando do
666 Comitê Internacional, mas estava muito difícil. Marcaram reuniões que não aconteceram, em lugares
667 de difícil acesso aos representantes de outros países, então focamos nosso trabalho no que era
668 possível. Conseguimos fazer uma boa articulação com as ONGs de Cuba, inclusive lançamos nosso
669 documento junto com o documento de Cuba, os únicos Fóruns que foram para lá organizados, com
670 documentos sistematizados, livros produzidos . Também fizemos uma grande aproximação, que para
671 nós é histórica, valendo a ida à Johansburg, com os países que falam a Língua Portuguesa. Lançamos
672 um Manifesto, dos povos de Língua Portuguesa, lerei para que vocês entendam nosso objetivo:
673 “Considerando a situação atual do nosso planeta, onde o capital neo-liberal vem promovendo um
674 ataque aos direitos sociais e ao meio ambiente, nós, integrantes de várias nações de Língua Portuguesa
675 nos solidarizamos com os povos de todo mundo em defesa da autodeterminação, da liberdade, da
676 igualdade e do direito inalienável de um planeta sustentável. Somos cerca de trezentos milhões de

677 mulheres e homens, de várias etnias e descendências, distribuídos em oito nações de quatro
678 continentes. Estamos em Johansburg, enquanto a sociedade civil organizada, representada suas
679 organizações e movimentos sociais, nos manifestamos por nossas reivindicações perante os povos de
680 todo mundo, as Nações Unidas e aos diversos governos. Nesse sentido exigimos: não à privatização
681 dos recursos naturais, fim a todas as formas de racismo, discriminação ética, de preconceito contra as
682 mulheres, e de qualquer forma de opressão sobre os povos, reparação aos Afro-descendentes por meio
683 de políticas públicas que os beneficie. Reivindicamos também, para que nossa língua, nossa voz,
684 possa ser ouvida e reconhecida por todos os povos do mundo e que seja incluída a Língua Portuguesa
685 na língua dos idiomas oficiais da ONU, bem como nos Fóruns da sociedade civil mundial. Um mundo
686 sustentável é possível. Johansburg, agosto de 2002.” Foi criado o primeiro grupo de trabalho
687 internacional do Fórum Brasileiro que vai articular os oito países que falam a Língua Portuguesa.
688 Com todos estes não muito bons acontecimentos, a sociedade civil, na avaliação que fez, apontou o
689 Fórum Social Mundial como uma grande possibilidade de discussão e de, de repente, no Fórum Social
690 Mundial, sim, ser possível fazermos um plano de implementação, já que o plano de implementação
691 que os governos, em conjunto com a ONU, fizeram não é plano de implementação. Tem simplesmente
692 o nome de plano de implementação, mas não tem metas definidas. Tudo aponta para que a
693 organização da sociedade civil venha de novo para o Rio Grande do Sul, como vanguarda em
694 organização da sociedade civil, e talvez consigamos chegar em um consenso mundial e termos um
695 plano bem como indicarmos outras alternativas . **Sra. Lucia Ortiz:** Boa tarde a todos. Antes de passar
696 propriamente a uma avaliação, eu queria retomar o que a Cimara já iniciou, que seria a estratégia do
697 Fórum Brasileiro, a participação do Fórum Brasileiro em Johansburg.. Fora a todo esse histórico que o
698 Fórum Brasileiro tem, desde a Rio 92, e antes, quando começou essa articulação, o que aconteceu em
699 Johansburg, especificamente, foi uma mobilização muito forte em torno de questões específicas que
700 se uniram nos grupos de trabalho do Fórum para produzir documentos. Estes documentos teriam duas
701 finalidades específicas: levar as posições do Fórum Brasileiro para as negociações da ONU, mas
702 principalmente com vistas a influenciar na implementação de políticas públicas, inclusive nos planos
703 de governo em nível nacional, tanto é que esses documentos foram também encaminhados para os
704 presidentiáveis e a adesão ou a forma de comportamento em relação a algumas dessas posições nos
705 próximos governos vai continuar sendo monitorada pelo Fórum. Para Johansburg, especificamente,
706 como o Fórum conseguiu, apesar da falta de apoio do governo, nacional e local, o Fórum conseguiu
707 mobilizar uma delegação de quarenta ONGs e movimentos sociais. Assim existiu uma grande
708 diversidade, em termos de conhecimentos específicos, como Fóruns de participação prioritária para
709 cada uma das ONGs e movimentos sociais, o que tornou essa delegação bastante diversa mas com
710 uma capacidade muito forte, com objetivos como o acompanhamento das negociações oficiais, com
711 vistas a conhecer de fato e informar a sociedade sobre os acordos internacionais que estavam sendo
712 estabelecidos para que, de volta para casa, pudéssemos exercer pressão efetiva para o estabelecimento
713 destas políticas públicas. O outro ponto era a questão do fortalecimento dos movimentos sociais e da
714 mobilização de tais movimentos para o Fórum Social, pois acreditamos ser um espaço democrático e
715 efetivo, onde a sociedade civil pode realmente ter suas perspectivas e as utopias podem ser discutidas
716 para superar a frustração que foi o resultado dessa Conferência. Dentro do acompanhamento das
717 negociações oficiais, é preciso colocar que o Brasil, diferentemente da maioria dos países, e
718 principalmente dos países do G67, o Brasil teve uma delegação oficial, a que foi aberta a participação
719 de vários setores da sociedade, como os governos locais , o pessoal da ABEMA, como as indústrias,
720 setor produtivo, a CNI representava quase cem pessoas da delegação oficial que era de duzentos, e
721 todas as organizações e movimentos sociais puderam se credenciar como delegados oficiais, assim
722 tendo acesso às salas de negociação, desde o G67 a pontos específicos, em que podíamos estar
723 presentes monitorando as negociações. Com qual objetivo? Em nenhum momento de participar da
724 negociação ou de tirar a responsabilidade dos Estados de exercer seu papel, mas sim de tornar o
725 processo mais transparente, monitorar de uma forma crítica e levar as informações tanto para as
726 ONGs que estavam seguindo o processo oficial como para aquelas ONGs e movimentos sociais que
727 estavam participando dos Fóruns paralelos e para a mídia, através da qual uma visão crítica do que
728 estava acontecendo poderia exercer uma pressão para um posicionamento mais efetivo dos países

729 como o Brasil, por exemplo, no caso da energia. O objetivo principal era retornar para casa, sabendo
730 qual seria nossa tarefa, a pressão que poderíamos exercer nos governos locais e nacionais, conforme o
731 posicionamento que tinham tomados nas negociações, sendo estas acatadas pela ONU como um todo
732 ou não. A avaliação, como já foi colocado, seria o fracasso dessa Conferência como um todo no
733 estabelecimento de um plano de implementação. As expectativas do Fórum Brasileiro para essa
734 Conferência já não eram tão grandes, porque desde o processo preparatório já se desenhava o
735 resultado de um documento sem grande avanços. Alguns temas específicos, com suas metas, com seus
736 prazos, com seus mecanismos, estavam desvinculados de outro capítulo, no final do plano de
737 implementação, que dizia “Meios de Implementação”. Ou seja, por exemplo, no caso da energia, uma
738 das questões pela qual se brigava muito, era para que as metas fossem atingidas através, por exemplo,
739 da eliminação dos subsídios e financiamentos públicos para os combustíveis fósseis, pois a eliminação
740 desses subsídios poderia criar um fundo específico para energia alternativa, para financiar esses
741 projetos de energia alternativa, sem que esses fundos estivessem competindo com o fundo de
742 solidariedade, o fundo de adaptação dos países ensolares, enfim. Isso não foi atingido, o que se tinha
743 no final era que esses meios de implementação eram muitos gerais e, na maioria das vezes, se
744 limitavam a iniciativas voluntárias, parcerias entre o setor privado, ONGs mesmo e governos locais,
745 tirando a responsabilidade dos Estados, meios de implementação que são subordinados às regras da
746 OMC. Várias vezes, durante o documento, são citadas Conferências e Deliberações da OMC,
747 realmente esse fracasso já era anunciado. Um ponto positivo é que esse fracasso ecoou forte, como
748 nós queríamos, e teve uma visão crítica da mídia, da sociedade. Outro ponto positivo, que foi
749 considerado pela maioria das redes de ONGs internacionais que estavam presentes, foi o
750 estabelecimento de um mecanismo de responsabilidade das corporações para que os Estados
751 realmente tenham a sua parte de soberania que foi perdida em relação à atuação das corporações que,
752 pelas regras da OMC, podem, inclusive, entrar na justiça e sancionar Estados por perdas de benefícios
753 econômicos, enfim. Algo que foi realmente difícil, como a Cimara já colocou, foi a questão da
754 desmobilização, da fragmentação política, um ambiente que dificultou muito o trabalho, de passar a
755 informação, tanto para a mídia quanto para os movimentos presentes, e essa comunicação entre as
756 pessoas que estavam no Centro de Conferências Oficiais com as pessoas que estavam nos Fóruns da
757 sociedade civil que eram realmente muito longos. Que pontos poderíamos colocar como importantes
758 para serem trabalhados? O ponto da responsabilidade corporativa, imaginamos que haverá um avanço,
759 uma definição de mecanismo internacional para isso, mas sem dúvida haverá a continuidade do
760 processo de monitoramento da sociedade civil e participação nessas políticas públicas. Apesar da
761 meta de energia ter sido a pior das que existiam, a proposta brasileira, da União Européia e do G67,
762 foi aprovada a pior de todas. Mas, ainda sim, se teve o anúncio da ratificação do protocolo de Kyoto
763 pela Rússia, pela China, pela Índia, assim que o protocolo poderá entrar em vigor, porque se atingirá
764 um patamar de acima de 55% das emissões de gás de efeito estufa, sendo discutido novamente no
765 final de outubro, na conferência das partes nº 8, e existe a meta, nacional e regional, de 10% de novas
766 fontes renováveis de energia na América latina, apesar de não ter sido assumida com uma meta
767 internacional teve o comprometimento de todos os países da América Latina. Assim como diz um
768 artigo que foi lançado recentemente pelo professor Emílio Larrover, Rio + 10 É Aqui, se referindo
769 inclusive ao posicionamento do Estado do Rio de Janeiro em caçar a licença de uma usina
770 termelétrica de carvão que estava sendo planejada para aquele Estado, nós temos que trabalhar com
771 o nosso governo, tendo em vista que muitas das políticas públicas nacionais vão contra aos
772 posicionamentos do Brasil tão propagandeados pela mídia. É uma estratégia do Fórum também
773 participar dessas instâncias, tanto temáticas, como seria o INPE, que é o Conselho Nacional de
774 Política Energética, como a COPASQ, que é uma comissão para o estabelecimento de um plano de
775 segurança química, onde o Brasil é líder, é presidente do Fórum de Segurança Química, até os
776 próximos dois anos, a questão do PRONABIL, que também é estação onde o Fórum Brasileiro
777 participa e, na medida do possível, ter mais participação no estabelecimento de planos de
778 desenvolvimento nacionais, como por exemplo o plano plurianual. Como acabou meu tempo, passarei
779 a palavra ao Langone, não esquecendo da iniciativa bastante bem acolhida pelos movimentos da
780 sociedade civil, de fortalecimento do Fórum Social como espaço realmente democrático para se

781 discutir outros meios de implementação alternativos, para se conseguir a sustentabilidade que
782 queremos. **Sr.Presidente:** Depois destes três relatos, fica difícil, mas em um resumo geral, não
783 apresentarei um relato, mas uma avaliação da cúpula. Acho que a cúpula sofreu uma grande derrota
784 política, que é uma derrota que inviabiliza a autoridade das Nações Unidas para trabalhar o processo
785 de cobrança da implementação das poucas resoluções que tiveram algum tipo de avanço, se pudermos
786 chamar de avanço, metas de em quinze anos reduzir pela metade o número de pessoas que não tem
787 acesso à água tratada são para depois de Johansburg + 10, metas de reduzir a perda da biodiversidade
788 ou recuperar os recursos pesqueiros, são metas, em geral, muito genéricas, várias delas voluntárias, de
789 caráter regional, mas sobretudo o que nós temos de diferença entre a Rio92 e Johansburg, é de que,
790 com todos os problemas e as críticas que se fazia ao Rio92, as Nações Unidas saíram com autoridade
791 política para cobrar a implementação dos acordos e, mesmo assim, nós tivemos sérios problemas na
792 implementação dos acordos. Se você sai de uma cúpula onde o Secretário Geral das Nações Unidas dá
793 uma entrevista dizendo: “Eu ainda vou continuar cobrando dos Chefes de Estado as
794 responsabilidades”, nós fomos para um quadro de desmoralização absoluta. Tem dois problemas, um
795 de crise política determinada pela situação atual, conjetural, a nível mundial. Ninguém tinha grandes
796 expectativas, mas acho que foi pior do que se esperava. E o símbolo disso foi a vaia no final da
797 Conferência, que foi uma vaia feita pelos delegados oficiais. Nós estávamos no lado de fora daquele
798 auditório, onde só tinham quatro por país indicados pelos presidentes, os que vaiaram e foram
799 recolhidos pela polícia da África do Sul. Tem esse problema, que talvez possa ter reversão de
800 expectativas nos próximos anos em função de modificações políticas. E tem um outro problema, que é
801 a crise estrutural do modelo das Nações Unidas e de perda de peso político das Nações Unidas na
802 governância global. Sempre que na Conferência se colocou uma queda de braço entre os princípios da
803 OMC e os princípios do Rio, ganhou a OMC. E os burocratas das Nações Unidas estão percebendo
804 isso, e nós vamos ter que discutir mais em todas as escalas essa grande questão da governância global
805 e dos mecanismos de arbitragem de acompanhamento dos acordos internacionais. Vejam que são três
806 Conferências, na seqüência, fracassadas: Durban, Veneza, da cúpula contra a fome, e Johansburg,
807 sendo esta última a maior. Difícilmente se repetirá isso. Essa falência do mecanismo de estrutura, do
808 sistema dessas megaconferências, é uma falência da forma como nos articulamos em torno dela,
809 inclusive a sociedade civil. Obviamente que o peso conjetural foi o peso que determinou, em maior
810 escala, o fracasso do Fórum Global. Não vamos fazer mediações aqui, não existiu Fórum Global como
811 um movimento político organizado da sociedade civil de pressão, existiram vários movimentos
812 pulverizados que tiveram menos força. As ONGs brasileiras fizeram um esforço grande nesse sentido,
813 para tentar costurar uma unidade, o que foi muito difícil. E a grande diferença foi que, no Rio, as
814 ONGs brasileiras foram a âncora do sucesso do Fórum Global, e, na África, as ONGs, a sociedade
815 civil sul-africana não conseguia instalar reunião. Era muito difícil, a partir de uma intervenção
816 pontual, ir na hora da Conferência sem um processo de preparação, mesmo com grande esforço de
817 outros países se conseguisse reverter essa situação. Acho que teremos de repensar também a forma de
818 acoplamento nosso no acompanhamento desse processo de negociação. Esse tema remete a discussão
819 de que tipo de opção fazer e eu já adiantarei minha opinião. Acho que entre o sistema OMC, Breton
820 Woods e Nações Unidas, nós somos Nações Unidas, mesmo com todos os seus defeitos. É preciso
821 desencadear um movimento internacional de fortalecimento das Nações Unidas, não tem jeito, e
822 avaliar questões propostas como as que estão surgindo, como a criação de uma organização mundial
823 do meio ambiente, substituindo o atual programa das Nações Unidas, e de ter instâncias internacionais
824 com maior poder de arbitragem e de negociação do que tem hoje as Nações Unidas. O Brasil teve
825 coisas boas na Conferência, fez vários temas de casa, alguns bem em cima da hora, mas fez; alguns
826 com debilidades, como a Agenda 21, mas fez; entrou com propostas interessantes, mas tivemos dois
827 grandes problemas, de erro de estratégia do Brasil: primeiro, que o Brasil condicionou todos os seus
828 movimentos à negociação para que o nosso Presidente da República fosse compor essa comissão da
829 ONU para qual foi convidado. Havia uma grande expectativa na Conferência sobre a fala do Brasil, e
830 a fala do Brasil é a fala do Presidente, o momento político mais importante da Conferência é a fala do
831 Presidente, e o Presidente suavizou o seu discurso, ao contrário das expectativas de que o Brasil teria
832 uma posição forte dando consequência aos movimentos que anteriormente, durante todo o processo

833 prévio de negociação, tinham sido feitos com algumas tensões entre o Ministério do Meio Ambiente e
834 o Itamarati, que sempre tem posições mais recuadas. Foi importante a abertura da participação da
835 sociedade brasileira na delegação oficial, mas de fato nós não conseguimos ter uma dinâmica de
836 funcionamento da delegação oficial que nos permitisse discutir mais a fundo os movimentos que o
837 Brasil estava fazendo. Esse foi o esforço comum nosso, das ONGs, dos Estados, e outros seguimentos.
838 O segundo erro do Brasil, e nós questionamos isso, como saiu na imprensa brasileira, foi uma super
839 estimação ou um aprisionamento dentro da lógica do 77. As principais propostas brasileiras não foram
840 derrotadas pelo G8, foram derrotadas pelo 77. E aí temos de perceber o seguinte: se é verdade que é
841 muito importante que o Brasil não faça como o México e saia do G77, não abra mão de ter uma
842 liderança nesse bloco, esse bloco tem interesses inconciliáveis entre si, e nós não podemos aceitar
843 essa regra que o 77 estabeleceu de que sobre todos os outros temas os países estão liberados para falar
844 mas, sobre meio ambiente e economia, o 77 centraliza todo mundo como se fosse um velho partido
845 comunista. O Brasil tem peso internacional para não ficar subordinado a essa lógica, acho que o Brasil
846 fez movimentos contraditórios dentro desse bloco, e apostou demais nessa questão da bipolarização
847 quando a negociação deve ser multipolar. Tínhamos, por exemplo, alianças pontuais com a União
848 Européia, com países do G8, em temas como energia, onde nós tínhamos mais padrão de acordo com
849 esse bloco do que dentro do 77. Nós deveríamos ter apostado em conformar alternativas , que
850 chamávamos de terceira via, em cima de questões pontuais. A outra questão é a possibilidade de
851 articulação de outros blocos de interesse, como o bloco dos países megadiversos, que reúnem os
852 quinze países que tem 80% da biodiversidade mundial, onde o Brasil tem um potencial de liderança
853 muito forte. Foi equivocada a estratégia do Itamarati de não fazer desafetos na Comissão de
854 Desenvolvimento Sustentável da ONU, mas acho que o governo brasileiro tinha obrigação de
855 desdobrar uma posição mais avançada para uma estratégia de negociação mais diversificada que
856 explorasse a multipolaridade e nos permitisse jogar politicamente com situações como foi a dos
857 subsídios agrícolas, onde a União Européia chegou a dar condições para um acordo que tratasse da
858 redução gradativa dos subsídios agrícolas, e a França, na última hora, bloqueou. Por último, foi muito
859 importante o movimento que fizemos em torno do manifesto “Um Mundo Sustentável é Possível”, que
860 teve menos força do que se previa porque estava todo dirigido para o Fórum Global. Como o Fórum
861 Global teve uma perda de força, esses movimentos, que eram sobre a Conferência Oficial, também
862 perderam. Um saldo muito importante para nós, que fomos representando uma Delegação de quinze
863 Estados, pela primeira vez com essa força em uma Conferência Oficial, foi a criação de uma rede
864 mundial de governos regionais, que tirou uma declaração política razoavelmente forte. Tinha Estados
865 e governos provinciais dos cinco continentes que decidiram criar essa rede, que terá um encontro no
866 próximo mês de março, na Espanha, e que tirou uma manifestação muito forte sobre a necessidade
867 que as Nações Unidas valorizem, abram espaço oficial para o nível de governo subnacionais dentro
868 das negociações internacionais, porque temos um número muito grande de países que são federativos,
869 onde os governos subnacionais tem uma responsabilidade muito grande na implementação das
870 políticas. Por último, mesmo, acho que nós não deveríamos ter uma reação de desânimo, mas um
871 reação de intensificar a agenda no nível nacional e local. Estou defendendo, acho que o Brasil não fez
872 isso com a intensidade que deveria. Que o Brasil tome uma decisão unilateral de implementar em um
873 nível interno todas as propostas que levou a Johansburg, as aprovadas e as derrotadas. A iniciativa
874 energética tem o mesmo tom, inclusive a nível estadual. Isso daria uma condição diferenciada ao
875 Brasil no novo contexto porque certamente o fracasso da Conferência reforçará outros eventos e
876 instâncias de negociação internacional sobre temas pontuais, como o Fórum Mundial das Águas, a
877 negociação da Conferência das Partes no clima, e outras que terão no próximo período e que, de uma
878 certa forma, terão de suplantar a total inexistência e estabelecimento de metas por parte da cúpula de
879 desenvolvimento sustentável. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** Vamos passar ao dialogo com o plena
880 do CONSEMA. Conselheiro Arno, com a palavra. **Sr. Arno Kayser:** Realmente temos de partir para
881 uma atitude de tocar o processo porque já se sabia que, pelos relatórios do primeiro semestre, que pela
882 própria conjuntura, a Assembléia da ONU está, de certo modo, dando uma continuidade a esse
883 endurecimento que o governo americano vem liderando a nível mundial, como na sátira do programa
884 Casseta e Planeta, em que foi mostrada várias figuras importantes do mundo, dizendo que não tinham

885 proposta nenhuma, um deles dizendo que tinha a solução para o meio ambiente: bombardear o Iraque.
886 Nós, do movimento ambiental, temos idéia de que é muito importante o fortalecimento da sociedade
887 civil. Entendemos que os governos, estaduais e nacionais, que tem uma perspectiva mais
888 protecionista, precisa destinar recursos dos fundos públicos. Lamentamos que o Estado do Rio Grande
889 do Sul não pode viabilizar a participação de mais entidades, como foi solicitado à SEMA. O governo
890 tem de rever sua posição, até pelo processo que fizemos. Tivemos talvez um dos melhores trabalhos
891 prévios, uma das melhores experiências de interação entre Estado e a sociedade civil organizada, no
892 Brasil e em Porto Alegre. Ao documento que retiramos é fundamental dar publicidade, pois nele
893 consta muito do que as forças mais progressistas do mundo pensem, pelas qualidades das pessoas com
894 quem estivemos, até pelo fato de talvez ter sido a última manifestação pública do José Lutzemberg,
895 que é uma referência mundial. Uma das coisas das quais não podemos deixar de dizer, e temos de
896 cobrar responsabilidade do governo do Estado nesse sentido, de dar publicidade a esse documento
897 para que possamos continuar esse processo com a sociedade civil, mostrando que tem propostas
898 alternativas, que existe inteligência e qualidade, tem idéias, para, como a Lúcia disse, começarmos em
899 casa, e daqui para o mundo, pois essa é a vocação do Estado do Rio Grande do Sul na questão do
900 meio ambiente, um pólo de iluminação do planeta. Temos obrigação moral de seguir em frente e fazer
901 o que estamos cobrando do governo brasileiro e de outros países. **Sr. Presidente:** Vou pedir licença
902 para me retirar, pois vou acompanhar o governador na entrega da proposta orçamentária. Queria
903 registrar, Arno, que nossa Delegação do governo oficial foi do mesmo tamanho da delegação não-
904 governamental. Por uma questão de contenção de despesas, tivemos representados com apenas duas
905 pessoas, por uma opção nossa mesma, em de crise financeira do Estado. **Sr. Nilvo Luiz Alves da**
906 **Silva:** Obrigado, Secretário, a palavra continua aberta aos Conselheiros, mas em função de nosso
907 Plenário estar se esvaziando, rapidamente, e precisamos dar um relato aos Conselheiros sobre a
908 CONFEMA, que se realizou neste final de semana. Não havendo mais manifestação, nem pedido de
909 esclarecimento, eu agradeço a presença da Cimara e da Lucia, e solicito ao Eugenio que dê um relato
910 breve sobre a realização e a dinâmica da CONFEMA de amanhã. **Sr. Eugênio Spengler:** Boa tarde,
911 Nilvo, boa tarde, Conselheiros. Rapidamente direi o seguinte: realizamos, como foi discutido neste
912 Conselho, dezessete pré-conferências regionais, em que foram eleitos 302 delegados que estarão
913 reunidos a partir de amanhã e domingo em Porto Alegre. Também foram escolhidos delegados
914 setoriais, de treze setores, de sete dos trinta Municípios habilitados para fazer Conferência Municipal
915 e retirar delegados. Obviamente a Conferência Municipal qualquer Município pode realizar, mas o
916 critério para a retirada de delegados e participar da Conferência Estadual era a habilitação para o
917 licenciamento das atividades ambientais. Dos trinta, sete realizaram Conferências, mas os membros
918 efetivos dos dois Conselhos, Estadual do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, totalizamos em 456
919 delegados para esta Conferência, que iniciará amanhã, a partir das nove horas, no Hotel Embaixador,
920 que terá a seguinte programação: Abertura oficial, às nove horas, com a presença do governador;
921 depois teremos o lançamento da publicação "Natureza em Revista", que foi uma publicação feita em
922 parceria com a Fundação Zoobotânica, com o pessoal do Pró-Guaíba; a assinatura de um convênio
923 com a identificação de corredores ecológicos na floresta de auracária, entre a Secretaria estadual do
924 Meio Ambiente e a organização não-governamental HABITAT- Pesquisa e Conservação da Vida
925 Silvestre; em seguida teremos uma palestra-debate, que abordará justamente a temática central da
926 Conferência, que é a gestão ambiental através de sistemas e controle social; Essa atividade deve
927 encerrar em torno de 12h30 min, e à tarde teremos, como primeira atividade, a apreciação e votação
928 do regimento interno da Conferência, e posteriormente a distribuição dos participantes, em grupos, e
929 nós estamos trabalhando uma média de quatro ou cinco horas de debate em grupo, justamente para
930 permitir o aprofundamento da discussão a partir da tese guia de todas as contribuições que vieram das
931 Conferências regionais. É importante destacar que, a partir das 14 horas, a Conferência se desloca do
932 Hotel Embaixador para o Colégio Marista Nossa Senhora do Rosário, onde se dará a Conferência no
933 domingo também. A tarde de sábado estará reservada para todo o trabalho em grupo. No domingo,
934 pela manhã, a partir das oito horas, haverá uma apresentação artística, e às 9h e 30 min inicia o relato
935 dos grupos, com encerramento às 12 horas. Nesse período também a Plenária, os delegados,
936 obviamente, e os grupos, individualmente, poderão apresentar as emendas ao texto, as propostas dos

937 grupos, que terão que ser apresentadas por escrito até ao meio-dia à coordenadora dos trabalhos. A
938 partir das 13h e 45min, até as 18h, claro que até concluir de fato, teremos o processo de apreciação,
939 discussão e deliberação das diretrizes e das propostas como um todo . Esse é o processo, vocês podem
940 observar, quem teve a oportunidade de participar da Conferência passada, que está se privilegiando
941 mais o espaço para debate, em relação à Conferência passada. Em linhas gerais, é esse o processo da
942 Conferência, que acontece a partir de amanhã, às nove horas, no hotel Embaixador. **Sr. Nilvo Luiz**
943 **Alves da Silva:** A palavra está aberta aos Conselheiros, para esclarecimentos e manifestações. É
944 importante destacar a vocês o processo das pré-conferências, que foi um processo bastante trabalhoso,
945 com várias conferências durante o mesmo final de semana. Viajamos o Estado inteiro nesses debates e
946 podemos relatar com tranquilidade uma qualidade diferente nos debates em várias regiões do Estado,
947 com a participação grande principalmente dos Comitês de Bacia, que se mobilizaram praticamente em
948 todas as pré-conferências e apresentaram propostas e emendas em quase todas as pré-conferências.
949 Tem sido uma novidade, já havia uma participação grande dos comitês na primeira CONFEMA e
950 nesta nós percebemos a ampliação da participação dos comitês, até porque temos muito mais comitês
951 organizados nesta ocasião do que tínhamos na primeira pré-conferência. Também uma participação
952 grande de representantes dos Municípios, e ainda uma certa dificuldade de alguns setores em
953 participar, como é o caso da agricultura, não do governo mas dos agricultores, que tem uma certa
954 resistência em dialogar dentro desses fóruns de meio ambiente, mas podemos perceber também um
955 aumento dessa participação em relação a primeira conferência. Os temas relacionados às questões
956 florestais, por exemplo, tem mobilizado bastante a relação entre os órgãos de meio ambiente e o setor
957 de agricultura no Estado. **Sr. Eugênio Spengler:** Temos verificado a participação dos setores, no caso
958 específico da agricultura, de acordo com a situação. Por exemplo, na região sul, campanha e fronteiro
959 oeste, houve uma participação significativa do pessoal de arroseiros, que tem dialogado e
960 estabelecido, via Comitê de Bacia, sobre a questão do uso da água. Na região dos campos de cima da
961 serra, norte e nordeste do Rio Grande do Sul, uma participação bastante grande, como o Nilvo já
962 citou, do pessoal da agricultura justamente por causa das queimadas, do código florestal, toda a
963 discussão em cima dessa temática. E algumas regiões do estado onde existe uma ação maior de
964 políticas setoriais. Tivemos, por exemplo, na região de Santa Rosa e Ijuí, uma participação
965 significativa do pessoal da suinocultura. A participação também se dá de acordo com a ação de
966 programas que possam estar sendo desenvolvidos tanto por organismos do Estado como por
967 mobilização da sociedade tem determinado maior ou menor participação de determinados setores. **Sr.**
968 **Nilvo Luiz Alves da Silva:** Já são quase dezessete horas, nós então encerramos a reunião de hoje do
969 Conselho, **5 – Assuntos gerais**, antes apenas informando aos senhores o que não foi informado no
970 início, acho que receberam o folheto do trabalho do programa de gerenciamento costeiro, lançamos
971 nesta semana em um Seminário em Tramandaí a discussão com os dezenove Municípios do Litoral
972 Norte, sobre os planos diretores municipais naquela região, dando conseqüência ao trabalho que já
973 havíamos fazendo das diretrizes regionais para o desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte.
974 Com recursos do Programa Nacional de Meio Ambiente, recursos do Banco Mundial repassados pelo
975 Ministério do Meio Ambiente, estaremos apoiando a revisão e elaboração de planos diretores
976 municipais onde ainda não existem no Litoral Norte, tendo em vista que aquela é a região de maior
977 crescimento urbano no Rio Grande do Sul e uma área de um patrimônio ambiental valiosíssimo, com
978 os remanescentes da Mata Atlântica, cordão de lagoas, banhados, como todos nós já conhecemos.
979 Esse trabalho iniciou nesta semana e aqueles que tiverem interesse procurem a FEPAM, onde temos
980 toda a informação sobre o trabalho na casa. Um bom final de semana aos senhores, esperamos contar
981 com a presença de todos na CONFEMA durante o final de semana e até a próxima reunião deste
982 Conselho. Não havendo, mais nada para ser tratado o Presidente agradeceu a presença de todos e
983 encerrou a reunião às 17h35min. Nada mais havendo para ser registrado foi lavrada a presente ata.

Cláudio Langone
Presidente do CONSEMA
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Nilvo Luiz Alves da Silva
Secretário Executivo do CONSEMA

Raquel Scalabrini
Secretaria de Obras Públicas e Saneamento

Salzano José Barreto de Oliveira
Secretaria da Saúde

Antonio Ernani Lima
Secretaria de Coordenação e Planejamento

Drauto Luiz Vieira
Secretaria de Justiça e Segurança

Marcelo Miele
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

Sr. Flávio Lewgoy
AGAPAN

Sr. Arno Leandro Kayser
Movimento Roessler

Sr Julian Mauhs
Movimento Roessler

Sr. Geraldo André Susin
ALGA

Sr. Alexandre Bugin
Comitês de Bacias Hidrográficas

Sr. Ricardo Litwinski Süffert,
Comitês de Bacias Hidrográficas

Sr. Luiz Felipe Kunz Jr
DEFAP

Sr. Fernando Petersen Júnior
Sociedade de Engenharia

Sra. Lucia Schildortiz
Núcleo Amigos da Terra/Brasil

Sr. Carlos Schwanke
Secretaria de Ciência e Tecnologia

Sr. Eberson José T. Silveira
Secretaria da Energia, Minas e Comunicações

Sr. Jackson Muller
FAMURS

Sra. Cimara Machado
Centro de Estudos Ambientais